

IMPÉRIO DO CAPITAL

Ellen Meiksins Wood

IMPÉRIO DO CAPITAL

Tradução
Paulo Cezar Castanheira



Copyright desta edição © Boitempo Editorial, 2014
Copyright © Ellen Meiksins Wood, 2003, 2005

Coordenação editorial

Ivana Jinkings

Editora-adjunta

Bibiana Leme

Assistência editorial

Thaís Burani

Tradução

Paulo Cezar Castanheira (com exceção do texto “Resposta aos críticos”,
traduzido por Baby Siqueira Abrão)

Preparação

Laura Folgueira

Revisão

Livia Campos

Capa

Adriana Zerbinati

(sobre “Bureau and Room”, óleo sobre tela de Kazimir Malevich, 1913)

Diagramação

Antonio Kehl

Coordenação de produção

Juliana Brandt

Assistência de produção

Livia Viganó

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

W86i

Wood, Ellen Meiksins, 1942-

O império do capital / Ellen Meiksins Wood ; tradução Paulo Cezar Castanheira. -
1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

Tradução de: Empire of Capital

ISBN 978-85-7559-365-3

1. Capitalismo. 2. Imperialismo. 3. Socialismo. 4. Pós-modernismo. I. Título.

14-09438

CDD: 330.122

CDU: 330.142.1

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: março de 2014; 2ª reimpressão: abril de 2025

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | boitempoeditorial.com.br

blogdaboitempo.com.br | youtube.com/tvboitempo

SUMÁRIO

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA	9
AGRADECIMENTOS.....	14
INTRODUÇÃO	15
1 O DESCOLAMENTO DO PODER ECONÔMICO	21
2 O IMPÉRIO DA PROPRIEDADE	33
3 O IMPÉRIO DO COMÉRCIO.....	45
4 UMA NOVA ESPÉCIE DE IMPÉRIO	65
5 A EXPANSÃO ULTRAMARINA DOS IMPERATIVOS ECONÔMICOS	75
6 A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS IMPERATIVOS CAPITALISTAS	93
7 “IMPERIALISMO EXCEDENTE”, GUERRA SEM FIM	109
RESPOSTA AOS CRÍTICOS	127

UMA NOVA ESPÉCIE DE IMPÉRIO

Todos os grandes impérios europeus se valeram de colônias em maior ou menor grau, mas aquelas de colonos brancos foram a essência do imperialismo britânico de uma forma que não se aplica a nenhum outro. Os britânicos, e particularmente os ingleses no começo do Império, viam-se como o primeiro império desde Roma a ter sucesso no aumento do poder imperial por meio da colonização. Nos outros casos europeus que estudamos até aqui, o império era uma questão de dominação do comércio ou um meio de extração de recursos preciosos, em grande parte por meio do trabalho nativo. Apesar de essas duas formas de imperialismo, desnecessário dizê-lo, exigirem graus substanciais de colonização, para os ingleses esta se tornou um fim em si mesmo, e nenhuma outra potência imperial se valeu das colônias de brancos no mesmo grau.

Foi também a Inglaterra a primeira a ver o surgimento de um sistema capitalista e a criar uma forma de imperialismo movido pela lógica do capitalismo. A combinação de relações sociais capitalistas de propriedade e a expropriação pela força do território colonial pode parecer contradizer a afirmação de que o capitalismo se caracteriza por modos econômicos de apropriação, em comparação com as formas extraeconômicas que dominaram as sociedades não capitalistas. A colonização pode parecer uma forma mais antiga, menos capitalista, de poder imperial do que o imperialismo comercial, cujo principal objetivo não é a apropriação de território, mas simplesmente a supremacia no comércio. Ainda assim, a colonização inglesa, em comparação com o imperialismo comercial veneziano ou holandês, foi aquela que respondeu aos imperativos do capitalismo.

COLONIA

Em 1516, Thomas More, no seu clássico *Utopia*, tornou-se o primeiro escritor inglês a retomar o antigo conceito romano de *colonia* para designar a colonização de terras estrangeiras. Os habitantes de sua Utopia, propôs ele, enviariam a população excedente para fundar colônias em outros territórios. No livro II, More sugere que, idealmente, ocupar as terras coloniais e torná-las frutíferas seria vantajoso tanto para os colonos como para as populações nativas. Mas em alguns casos os colonos poderiam justificar a tomada de terra pela força, mesmo que isso tornasse necessário

o deslocamento coercivo dos povos nativos. Se os povos locais não se mostrassem dispostos a aderir ao modo de vida produtivo dos colonos, a terra não aproveitada poderia ser tomada por quem a tornasse produtiva. Nesses casos, os colonos teriam, pela lei natural, o direito de apropriar a terra sem a permissão (e aqui ele vai além de Grócio, mais de um século depois) de qualquer autoridade local.

Se houver qualquer crescimento em toda a ilha, eles escolhem alguns cidadãos de várias cidades e os enviam ao continente vizinho, onde, se descobrirem que os habitantes têm mais solo do que conseguem cultivar, eles fixam uma colônia [*colônia*], acolhendo os habitantes em sua própria sociedade, se estes se dispuserem a viver com eles; e, onde o fizerem por decisão própria, logo entram no novo modo de vida e se conformam às suas regras, e isso é uma felicidade para as duas nações; pois, conforme a sua constituição, o cuidado do solo será tal que ele se tornará produtivo o bastante para ambas, embora possa ser, de outro modo, estreito e estéril demais para apenas uma das duas. Mas se os nativos se recusarem a se conformar às suas leis, eles os expulsam das fronteiras que tiverem traçado para si mesmos e usam a força se resistirem. Consideram uma causa justa para a guerra uma nação impedir outros de possuir um solo de que não faz uso, jazendo ocioso e sem cultivo, já que todo homem tem, pela lei da natureza, o direito a tal pedaço abandonado de terra conforme seja necessário para sua subsistência.

Mais tarde, durante o século XVI, a Inglaterra daria início a um brutal empreendimento colonial, justificando a expropriação forçada das populações locais em termos muito semelhantes aos do projeto utópico de More. Mas os ingleses iriam além, estendendo os princípios delineados por More para abranger não somente a terra completamente sem uso ou cultivo, mas também a que não estivesse sendo usada para gerar frutos *suficientes* ou da forma correta, pelos padrões da agricultura comercial inglesa.

Essa concepção de colonização deve ser entendida contra o pano de fundo dos acontecimentos internos da Inglaterra. Afinal, foi ali que a “colonização” de terra aconteceu pela primeira vez de uma forma que iria determinar a direção da expansão imperial inglesa. No século XVI, houve a aceleração evidente de um processo que já acontecia durante algum tempo e que iria estabelecer não somente os princípios da agricultura capitalista no país, mas também a lógica do império.

Novas terras retiradas das “*waste*”^{*} e trazidas para o cultivo, junto com as terras próprias arrendadas pelos senhores, foram cada vez mais sujeitas a novas formas de arrendamento, diferentes dos arrendamentos de acordo com o costume que dominaram as relações entre senhores e camponeses e as relações dos dois com a terra; e esses novos arrendamentos iriam substituir as antigas formas. Mesmo os arrendamentos de costume geralmente funcionavam de acordo com os novos princípios, e as leis antigas que definiam restrições a eles foram substituídas pelos conceitos do direito comum relativos à propriedade privada exclusiva. Os arrendamentos não mais sujeitos às restrições dos arrendamentos definidos pelo costume

* *Waste lands*, em inglês, eram as terras dos senhores feudais na Inglaterra deixadas para uso comum como pastos, estradas etc. (N. T.)

passaram a responder ao mercado. Os proprietários da terra podiam alterar o valor do arrendamento de acordo com as condições de mercado e fazer das “melhorias” uma condição de arrendamento para aumentar a produtividade e o lucro, e nessa condição eles provavelmente só seriam acessíveis a fazendeiros já bem-sucedidos, capazes de realizar tais benfeitorias. Isso não significava que os aluguéis seriam necessariamente muito altos, apesar da tendência de aumento pela melhoria da terra. Às vezes se chegava a um meio termo entre dar ao arrendatário segurança suficiente para incentivar benfeitorias e cobrar um bom aluguel (e geralmente o equivalente à compra do arrendamento sob a forma do pagamento de luvas) de arrendatários prósperos.

Quando os proprietários de terra perderam seus poderes extraeconômicos para um Estado cada vez mais centralizado, processo acelerado pela monarquia Tudor, sua riqueza passou a depender de forma crescente da produtividade e do sucesso comercial de seus locatários. Isso, por sua vez, aumentou a pressão para concentrar as terras nas mãos dos proprietários e dos fazendeiros bem-sucedidos, que tinham capital e flexibilidade para fazer uso mais lucrativo da terra. Com essa pressão, o cercamento da terra comum e dos campos abertos, por acordo comunal ou por trocas entre pequenos proprietários, cedeu espaço para um processo mais coercivo de extinção de direitos costumeiros, expulsando os pequenos produtores da terra e excluindo a comunidade da regulação da produção. Mesmo sem a expulsão coerciva, a posse costumeira foi gradualmente substituída por arrendamento econômico e aluguéis competitivos. A crescente polarização entre fazendeiros capitalistas bem-sucedidos e meeiros operando de acordo com princípios antigos – por meios puramente econômicos – apressou o deslocamento dos pequenos produtores com aluguéis inflexíveis e sem os meios nem os incentivos para produzir competitivamente.

Embora esses processos tivessem um longo período de preparação, o século XVI, como explicou R. H. Tawney há muito tempo, marca o auge da transição da “concepção medieval da terra como a base das funções e obrigações políticas da visão moderna desta como investimento gerador de renda”¹. Enquanto os senhores feudais dependiam do seu domínio sobre os homens tanto para o trabalho quanto para o serviço militar, o novo tipo de proprietário de terras dependia cada vez mais dos lucros comerciais gerados por sua terra. Os corretores e avaliadores passaram a se interessar pela medida do valor puramente econômico da terra – o valor dos aluguéis que podiam ser cobrados ou os trabalhos obrigatórios que antes tinham constituído o principal valor da terra para seus proprietários senhoriais.

As novas relações entre senhores e locatários afetaram inevitavelmente suas relações com a terra e o significado da propriedade em si. Quando a produtividade e a lucratividade da agricultura passaram a ser as principais preocupações de proprietários e locatários, o valor da terra passou cada vez mais a depender de suas “melhorias”, seu uso produtivo e lucrativo – primeiro, no sentido de que o êxito na agricultura comercial deu aos fazendeiros acesso privilegiado a mais e melhores

¹ R. H. Tawney, *The Agrarian Problem in the Sixteenth Century* (Londres, Longmans, Green & Co., 1912), p. 189.

terras; depois, no sentido de que mesmo os direitos legais de propriedade estavam sujeitos a tais requisitos. Melhorias, por exemplo, às vezes eram o fato decisivo nas disputas judiciais em torno do cercamento. Tais concepções de direitos de propriedade estavam fixadas em novos princípios de valor que se desenvolveram a partir de cálculos rudimentares de avaliadores, ao medir o aumento de renda “perdida” em benefício dos locatários costumeiros que pagavam menos que o aluguel de mercado, para elaborar teorias econômicas em que o valor era criado na produção, e não simplesmente derivado da disparidade das trocas comerciais.

Esta, então, foi a lógica do capitalismo agrário, que se desenvolvia gradualmente no campo inglês, e com ela vieram os novos princípios da expansão imperial. A história do início do capitalismo agrário – o processo de colonização doméstica, a retirada da terra do uso comunitário, seu desenvolvimento, cercamento e novas concepções de direitos de propriedade – foi reproduzida na teoria e prática do Império.

A COLONIZAÇÃO DA IRLANDA

É notável que, apesar de sua competência em navegação, a Inglaterra tenha demorado a partir para a corrida da supremacia comercial europeia. Quando ela embarcou seriamente na expansão de além-mar, o fez não somente para assegurar acesso comercial para seus mercadores e companhias mercantis, pois nessa época seu desenvolvimento econômico interno já tinha gerado outros princípios imperiais. Os “laboratórios” desse novo império não estavam além-mar, mas mais próximos, nas regiões fronteiriças das Ilhas Britânicas, acima de tudo na Irlanda².

“A lição mais poderosa demonstrada pela experiência irlandesa”, escreve um historiador do Império Britânico na Irlanda, “é que o estabelecimento de colônias, segundo o modelo dos romanos, foi viável no mundo moderno, e a principal característica do futuro Império Britânico no espectro dos impérios de além-mar é o lugar proeminente conferido às colônias de fundação branca dentro dele”³. Ele poderia ter acrescentado que a lição mais poderosa demonstrada pela experiência agrária no país foi o fato de o estabelecimento colonial ter sido possível no mundo moderno sobre uma nova base.

No fim do século XVI, diante da desordem e rebelião na Irlanda, o Estado Tudor deu início a um novo projeto brutal de colonização. O que havia de novo nesse projeto não era a mobilização de uma parceria público-privada, incentivando colonos privados a se instalarem ali. A Irlanda já tinha sido há muito colonizada por nobres ingleses, e o Estado, tal como acontecia durante a Idade Média, usou nobres militares mais ou menos feudais para subjugar “os irlandeses selvagens”. Mas, no século XVI, esse modo feudal de dominação imperial tinha fracassado como meio da dominação colonial; e as tentativas de impor ordem pela incor-

² “Laboratórios do império” é a frase usada por Jane Ohlmeyer, “‘Civilizing of Those Rude Parts’: Colonization within Britain and Ireland, 1580s-1640s”, em Nicholas Canny (org.), *The Origins of Empire* (Oxford, Oxford University Press, 1998), p. 146. Sobre o processo de subjugação e “unificação” das Ilhas Britânicas, ver Steven G. Ellis e Sarah Barber (orgs.), *Conquest and Union: Fashioning a British State: 1485-1725* (Londres/Nova York, Longman, 1995).

³ Nicholas Canny, “The Origins of Empire: An Introduction”, em *The Origins of Empire*, cit., p. 15.

poração da Irlanda ao Estado inglês claramente não estavam funcionando, entre outras razões porque antigas famílias nobres inglesas reivindicavam controle sobre seus territórios e o impunham com suas próprias forças militares. Guerra e roubo entre os nobres ingleses eram uma ameaça constante à ordem. Para estabelecer o controle sobre os irlandeses e os antigos ingleses (católicos), a monarquia Tudor, quando consolidou o Estado inglês, lançou uma política de colonização muito mais agressiva, que seria “o principal legado da Irlanda elisabetana tardia para a colonização inglesa no Novo Mundo”⁴.

O objetivo era certamente a conquista, mas conquista militar não seria suficiente. Nem os ingleses se valeriam apenas da imposição de seu governo e de seu direito sobre os recalcitrantes irlandeses. A política não era apenas impor o governo inglês, mas transformar a própria sociedade irlandesa por meio da *plantation*, o estabelecimento de colonos ingleses e escoceses que tomariam a iniciativa de tornar a terra produtiva. A intenção declarada era reproduzir as relações sociais de propriedade do sudeste da Inglaterra, introduzindo a forma de relação proprietário-locatário que vinha se estabelecendo no campo inglês, com o objetivo de reproduzir a agricultura comercial inglesa. O efeito não seria apenas “civilizar” os irlandeses, mas também, ou parece ter sido esta a intenção, absorver a Irlanda na economia inglesa, tornando-a dependente em uma forma que tentativas de integração política e legal até então tinham fracassado.

Às vésperas do novo programa colonial, áreas da Irlanda já dominadas pelos ingleses tinham introduzido, até certo ponto, a agricultura inglesa. Mas a política então era a transformação em grande escala das relações agrárias, mesmo, ou especialmente, em áreas ainda dominadas por práticas e relações sociais nativas. Os ingleses procuravam erradicar o sistema irlandês de propriedade em favor do estilo inglês de arrendamentos comerciais, e substituir o que foi chamado de “economia redistributiva orientada para o consumo” por uma economia comercial, movida pelos imperativos de mercado⁵. Os governantes irlandeses, bem como os nobres ingleses, que usavam seu poder extraeconômico para extorquir impostos daqueles sob sua autoridade, seriam substituídos por proprietários de terras cuja riqueza vinha das rendas geradas por locatários engajados na agricultura comercial produtiva. Esses efeitos seriam atingidos acima de tudo pela expropriação e pelo deslocamento em grande escala dos irlandeses, com títulos de terras dados aos ingleses e escoceses – embora alguns proprietários irlandeses tenham conseguido manter sua terra passando eles próprios a introduzir “melhorias” e chegando mesmo a aceitar locatários ingleses e escoceses.

A primeira grande *plantation* desse tipo aconteceu em Münster, na década de 1580, e envolveu um grande número de colonos e uma enorme transferência de terras dos irlandeses para colonos ingleses e escoceses. Quando o Estado Tudor enfrentou o maior desafio à sua autoridade na província de Ulster, deu início, no começo do século

⁴ Steven Ellis, *Ireland in the Age of the Tudors, 1447-1603: English Expansion and the End of Gaelic Rule* (Londres/ Nova York, Longman, 1998), p. 15.

⁵ Jane Ohlmeyer, “‘Civilizing of Those Rude Parts’: Colonization within Britain and Ireland, 1580s-1640s”, cit., p. 127.

XVII, a um esforço ainda maior para transformar a Irlanda por meio de *plantations* e títulos de terras para ingleses e escoceses, além de irlandeses leais. Os resultados foram enormemente lucrativos para esses proprietários “melhoradores”.

A *plantation* da província de Ulster produziu um dos documentos mais reveladores das primeiras iniciativas coloniais da Inglaterra. Sir John Davies, advogado, estadista, escritor e um dos principais arquitetos do imperialismo inglês na Irlanda, tinha uma visão particularmente cruel dos irlandeses e foi muito ativo em subjugar-los por conquista e expulsão ou transplantação direta. Ele justificou a *plantation* de Ulster invocando, por exemplo, a transplantação dos mouros na Espanha ou os clãs revoltosos das fronteiras escocesas. Mas também ofereceu uma justificativa mais esclarecedora.

Numa carta ao Conde de Salisbury, em 1610, depois de afirmar que o rei tinha direitos supremos sobre a terra, não somente pelo direito inglês, mas também pela lei costumeira irlandesa (que de qualquer maneira não passava de costume “lascivo” ou “desarrazoado”), Davies insistiu que o rei não somente tinha o direito, mas também a obrigação moral de tomar a terra irlandesa:

Sua Majestade tem a obrigação moral de usar todos os cursos legais e justos para levar seu povo da barbárie à civilidade; essa omissão foi lançada como inculpação sobre a Coroa da Inglaterra. Ora, a civilidade não pode ser plantada entre eles por essa plantação de alguns dos nativos e o uso das suas terras de acordo com o Direito Comum; pois se coubesse a eles possuir o país inteiro, como o possuíram os seus ancestrais por muitas centenas de anos no passado, eles nunca, até o fim do mundo, construiriam casas, nem cidades, nem aldeias, não estercariam nem melhorariam a terra como deve ser feito; portanto não está de acordo nem com a política cristã nem com a consciência tolerar que um campo tão bom e frutuoso continue abandonado como um deserto, quando sua Majestade pode dispor dele para pessoas que nele façam uma útil plantação.

Mais uma vez, sua Majestade pode seguir esse curso em consciência porque ele tende ao bem dos habitantes de muitas maneiras; pois metade daquela terra agora jaz abandonada, pois a que é habitada não é melhorada nem à metade do seu valor; mas quando os empreendedores (colonos) forem colocados entre eles [...] e aquela terra for completamente plantada e estercada, 500 acres terão melhor valor que 5.000 hoje.

O trecho é remanescente de Thomas More, mas dá um importante passo além da justificação deste para a expropriação colonial sem a concordância das autoridades locais, para não mencionar o antigo princípio romano de *res nullius* e o direito de reivindicar terra desocupada. Para Davies, o critério não é a simples falta de ocupação, nem mesmo a falta de cultivo. A questão decisiva é o *valor*, entendido num sentido especificamente inglês. As terras irlandesas podem ser expropriadas não por estarem desocupadas (pois não estão), mas porque não são produtivas e lucrativas de acordo com os padrões da agricultura comercial inglesa. Seu valor é menos de um décimo do que valeriam com as melhorias no estilo inglês.

É impossível superestimar a significância desse movimento conceitual. Ele atesta os novos princípios de propriedade já introduzidos no campo inglês e agora invocados como justificação imperial. O Império Britânico não é mais simplesmente um meio

de subjugação de populações para fins de impostos e tributos ou para extração de recursos preciosos. Também não é um meio de assegurar supremacia comercial pelo controle das redes de comércio. Podemos observar aqui a transição de concepções comerciais de lucro – os lucros de trocas desiguais, “comprar barato” e “vender caro” – para o lucro capitalista, o lucro derivado da produção competitiva, do aumento da produtividade permitida pelas “melhorias”. E com essas novas concepções de propriedade e lucro vieram novas formas de colonização – e novas razões para ela. Se, como disse Tawney, a Inglaterra do século XVI marcou uma transição clara das concepções medievais de terra como fonte de serviços do trabalho e força militar para a de investimento gerador de lucro, o mesmo pode ser dito do modo de império do qual a Inglaterra foi pioneira na Irlanda.

O VALOR DO IMPÉRIO

Os mesmos princípios estariam em operação na brutal conquista de Oliver Cromwell várias décadas mais tarde. A Inglaterra tinha então uma força militar muito mais eficaz, um exército permanente que talvez tenha sido o melhor da Europa. Em resposta à rebelião irlandesa, Cromwell mobilizou intensamente essas forças. O objetivo, mais uma vez, era tirar as posses dos proprietários de terras irlandeses e substituí-los por colonizadores, dessa vez com uma expulsão mais generalizada de proprietários católicos. Alguns católicos teriam permissão de manter pequenos tratos de terra a oeste de Shannon, mas seu acesso ao mar e o contato com o exterior deveriam ser bloqueados por uma ocupação de soldados colonos.

Esse exercício massivo de colonização foi calculado para transformar toda a sociedade irlandesa mais completamente que em qualquer época anterior, e isso exigiu um planejamento elaborado. A condição mais importante era um levantamento das terras, o Levantamento Down, conduzido por William Petty, o avaliador geral de Cromwell, que deu à Irlanda a “duvidosa distinção de ser o país mais cuidadosamente levantado e mapeado da Europa”⁶. Petty, que mais tarde seria considerado por muitos o fundador da economia política clássica, tomou a iniciativa de não só mapear a terra, mas também avaliá-la para ser equitativamente distribuída entre os soldados de Cromwell e outros que tivessem contribuído para o empreendimento colonial, mas também com objetivos fiscais. Ele introduziu seus próprios critérios originais de avaliação, criando uma fundação para as concepções capitalistas de valor que já começavam a surgir na prática. Começando com um método de avaliação de terras, ele também apoiou a política comercial da Inglaterra; e com a teoria de valor veio a nova “ciência” capitalista da economia política.

No seu esforço de avaliação da lucratividade relativa da terra para determinar não só a distribuição, mas também os aluguéis adequados e os impostos associados a cada pedaço de terra, Petty sustentou que o valor não podia ser simplesmente determinado por trocas comerciais mais ou menos acidentais, “barganhas que alguns homens fazem uns com os outros, por ignorância, pressa, falsa sugestão ou, então,

⁶ R. F. Foster (org.), *The Oxford History of Ireland* (Oxford, Oxford University Press, 1992), p. 122-3.

paixão ou bebida”⁷. No primeiro caso, seria necessário medir o “valor intrínseco” da terra, a medida completa das mercadorias que poderia produzir – por exemplo, o peso do feno produzido por um pedaço de terra em comparação com outro. Mas era necessário um passo adicional para permitir transações comerciais, o que exigia um meio constante de medir o “valor extrínseco” da mercadoria em termos monetários. Aqui, Petty introduziu uma inovação importante que iria afetar profundamente o desenvolvimento da economia política. O padrão comum de medida entre duas mercadorias completamente diferentes – um alqueire de feno, por exemplo, e a prata necessária para comprá-lo – era o trabalho necessário para produzi-los. Isso determinou o preço “natural” e também permitiu uma estimativa do aluguel adequado.

Petty não parou na medida do valor da terra. Em *The Political Anatomy of Ireland* [A anatomia política da Irlanda], de 1691, ele também calculou o valor comparativo dos seres humanos nas sociedades desenvolvidas em contraste com aqueles das não desenvolvidas. Partindo de um valor equiparável ao preço dos escravos africanos – cerca de 25 libras por um homem adulto –, Petty avaliou que a melhoria da Irlanda, sob os auspícios de um poder imperial cujo objetivo fosse transformar os irlandeses num povo completamente diferente, poderia elevar o valor de um irlandês até se igualar ao de um inglês, que valia 70 libras.

A “teoria do valor-trabalho” de Petty indica uma economia em que o lucro é gerado não apenas pela troca comercial, pelas “barganhas que alguns homens fazem”, mas pela produção competitiva. Petty, como outros entre os seus contemporâneos, estava interessado nas políticas econômicas que visavam primariamente:

[...] assegurar o uso mais eficiente dos recursos humanos e materiais. [...] Eles perceberam que não era mais possível manter um sistema baseado num monopólio de exportação de tecidos caros para várias partes da Europa. Suas políticas econômicas enfatizavam o baixo preço competitivo, a diversificação econômica e a expansão do comércio fora da Europa.⁸

“Para suprir aos pobres, fazer avançar o comércio e prosperar todas as manufaturas”, de acordo com Petty,

a Inglaterra deveria se esforçar para se tornar a loja da Europa, e isso com os outros países como mercados. Para tanto, todos os comércios e trabalhadores deveriam ser encorajados e todos os modos diretos inventados, para que possam ser oferecidos a preços mais baixos que as manufaturas e mercadorias de todos os outros países. Isso seria melhor que fortalecer suas corporações monopolistas na ignorância e na preguiça.⁹

A ênfase no barateamento competitivo, em oposição aos métodos não capitalistas de assegurar a dominância comercial por meios extraeconômicos, e o valor atribuído à produção eficiente afetaram não somente o desenvolvimento

⁷ Charles Webster, *The Great Instauration: Science, Medicine and Reform, 1626-1660* (Londres, Duckworth, 1975), p. 453.

⁸ Ibidem, p. 455.

⁹ Citado em ibidem, p. 456.

econômico no país, mas também a lógica da expansão imperial. A expectativa era não só de que os colonos adotassem os novos métodos de produção, mas também de que os produtos e as matérias-primas coloniais pudessem ser explorados para oferecer os meios de melhorar a produção competitiva no país.

Antes que a industrialização da Grã-Bretanha pudesse absorver uma grande força interna de trabalho, a crescente massa despossuída pelo capitalismo agrário ofereceu uma população excedente para a expansão colonial de uma forma que, por exemplo, a sociedade camponesa da França nunca conseguiu. Assim, também o desenvolvimento interno da agricultura capitalista alimentou a colonização, o que ajuda a explicar por que, de todas as principais potências europeias, a Inglaterra teve maior sucesso no recrutamento de colonos. O desenvolvimento econômico no país acabou por oferecer mais emprego para os ingleses sem posse, e a oferta de trabalho nas colônias seria sabidamente suplementada pela escravidão em enorme escala.

As colônias ajudavam a manter a ordem social no país, ao mesmo tempo que aumentavam a supremacia comercial da Inglaterra ao elevar sua vantagem competitiva. O objetivo principal, claro, era expandir a riqueza dos ingleses criando dependências exportáveis, e não gerar competidores potenciais nas colônias. Na Irlanda, por exemplo, o Estado inglês tomou providências para bloquear o desenvolvimento comercial tão logo este ofereceu sinais de competição séria ao poder imperial. Esse foi o primeiro de muitos casos em que as contradições irredutíveis do capitalismo – como a contradição entre a pressão para expandir os imperativos de mercado da concorrência e a necessidade de resistir à concorrência, ou entre a necessidade de aumentar a demanda e a tendência a restringi-la pelo empobrecimento das populações sem posse e exploradas – se fizeram sentir na política colonial. Dessa e de outras maneiras, o desenvolvimento da Irlanda, desnecessário dizer, foi modelado desde então pelo início de sua história colonial de conquista e expropriação, e pela polarização entre a massa de despossuídos e uma elite imperial com seus aliados nativos.

A distinção feita por Petty entre, de um lado, a prática de ascender economicamente por meio dos monopólios comerciais e, de outro, a produção competitiva e inovadora para “vender mais barato” que todos os outros resume bem as diferenças entre os padrões não capitalistas de imperialismo comercial e a nova concepção de império. Os ingleses, como veremos, nunca mais conseguiriam reproduzir em nenhuma outra colônia as relações de propriedade características da Inglaterra, por mais que tentassem universalizar suas formas de arrendamento ou a “tríade” proprietário, locatário e trabalhador assalariado. Mas o novo imperialismo continuaria a oferecer oportunidades de produção lucrativa nas colônias e insumos para a produção no país, além de uma válvula de segurança para os trabalhadores excedentes criados pelo aumento da produtividade do trabalho.

É esclarecedor contrastar, nas figuras de Petty e Grócio, o caso do novo empreendimento imperial inglês com o império comercial mais altamente desenvolvido originado na República Holandesa. Ainda que os holandeses tenham certamente sido pioneiros em muitos avanços de produção, não deixa de ser significativo o fato de que sua contribuição teórica mais notável para o imperialismo, o corpo

de pensamento mais expressivo de seu império comercial, tenha se constituído de uma filosofia da guerra e da paz e de uma teoria das relações entre Estados – e não da economia política de produção competitiva.

Ainda assim, o novo tipo de império, por mais que se apresentasse como a busca pacífica por produção e comércio, foi no mínimo tão violento quanto qualquer outro. A Inglaterra evidentemente não abandonou as rivalidades extraeconômicas que determinavam a supremacia comercial entre as potências europeias. Pelo contrário, a Grã-Bretanha passaria a se valer de uma enorme força naval para impor sua dominação sobre as redes internacionais de comércio. A nova lógica de apropriação capitalista por meio da produção competitiva lançou uma base para a competição econômica como alternativa à rivalidade extraeconômica, e para imperativos econômicos como alternativa ao governo colonial direto; mas um longo tempo se passaria até que esses imperativos se tornassem suficientemente generalizados e poderosos para reduzir a necessidade de coerção colonial direta e do controle do comércio por meios militares. Ao mesmo tempo, o novo modo de apropriação criou necessidades inteiramente novas de violência militar, inclusive na conquista de estabelecimentos coloniais – e o capitalismo continuou desde então a gerar novas formas de guerra e novas razões para ela.